

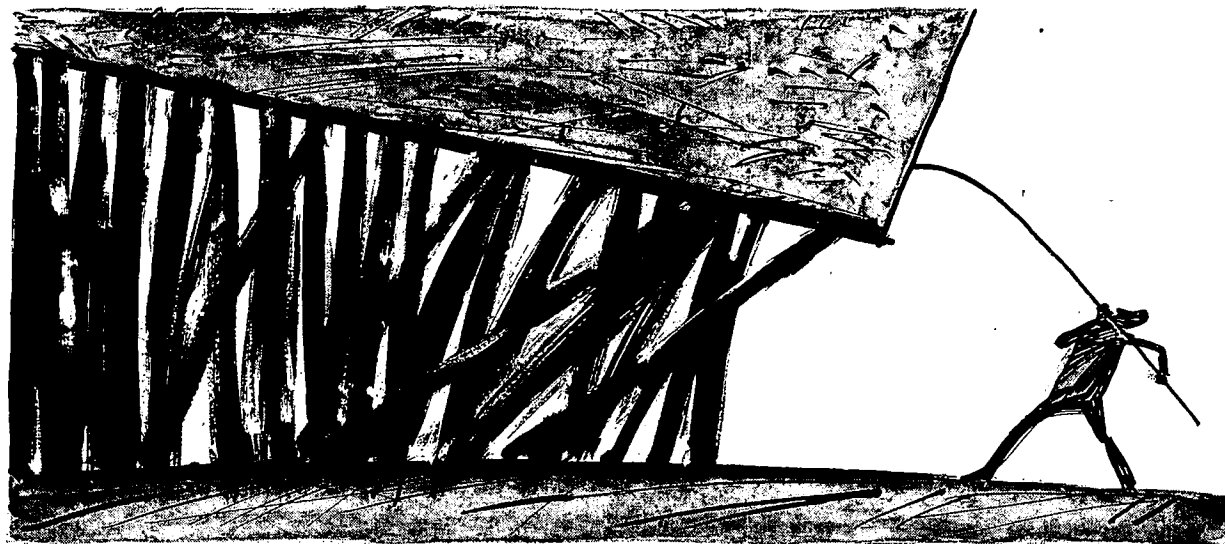
Nem por decreto p7

GEORGE VIDOR

Um novo governo é sempre renovador de esperanças, mas ninguém deve acreditar na possibilidade de a recessão econômica desaparecer por decreto presidencial. É um equívoco atribuir toda a responsabilidade do atual quadro recessivo brasileiro à administração Collor, e em particular à política econômica adotada pelo ministro Marcílio Marques Moreira. Portanto, não basta vê-los fora do poder para que a economia se recupere de sua longa agonia.

O cerne da recessão está em um forte desequilíbrio estrutural das finanças públicas. Historicamente, os gastos do Governo dividiam-se, em partes iguais, entre custeio (despesas correntes de pessoal e manutenção), investimentos e encargos financeiros. O Estado cresceu demasiadamente, gastou o que não tinha, fazendo toda sorte de dívidas, e assumiu compromissos que não podia honrar.

As despesas financeiras, que antes representavam um terço do total de gastos do setor público, praticamente duplicaram. Com isso, a parcela de investimentos foi sendo sacrificada, até tornar-se quase nula ao final do Governo Sarney e na administração Collor. O inchaço do Estado provocou também um aumento do custeio, porém concentrado nas despesas de pessoal. Passou a faltar dinheiro também para as despesas de manutenção, e o resultado são estra-



das esburacadas, escolas caindo aos pedaços, hospitais sem esparadrapos, servidores mal remunerados e aposentados desesperados.

O Governo tentava tapar esse enorme déficit fazendo novas dívidas (ou simplesmente deixando de pagar) ou emitindo mais títulos para cobrir os encargos financeiros. Esse mecanismo manteve acesa a inflação, ainda que tenha sido afastado o risco de uma hiper.

Nenhuma mágica (congelamentos de preços e salários, moratórias da dívida externa, bloqueio de ativos financeiros) conseguiu até agora romper esse círculo perverso. Com o fracasso da heterodoxia, restou apenas a terapia clássica, que vinha sendo

aplicada em doses homeopáticas pelo ministro Marcílio. O remédio mais forte é um ajuste fiscal que, de alguma maneira, transfira para o setor público, no curto prazo, recursos de 3 a 4% do Produto Interno Bruto (PIB), que é o tamanho do déficit. A médio prazo, a alternativa é desinchar o Estado, através da privatização.

No caso dos Governos estaduais, a situação não é muito diferente. Veja-se o exemplo do Estado do Rio, onde o maior item das despesas é pessoal (por isso professores e médicos vivem reclamando de seus salários, pois essas despesas estão sendo sempre comprimidas, já que não se pode fazer o mesmo com os pagamentos a

juízes, policiais civis e militares); o segundo, encargos financeiros, e o terceiro, comida — destinada a presidiários e carcereiros, por exemplo.

As condições para se fazer o ajuste serão mais favoráveis em 1993, porque não haverá mais a pressão dos cruzados novos desbloqueados, a dívida externa já terá sido renegociada, os preços estarão inteiramente livres e a economia bem mais aberta.

O presidente Itamar Franco não terá muito como fugir disso. Caso contrário, teremos saudades da política econômica do ministro Marcílio.

George Vidor é redator e repórter especial do GLOBO.